

# Teorias Psicológicas e Teorias Sociais: Em Busca da Sintonia Fina<sup>(1)</sup>

*(Psychological Theories and Social Theories: In Search of Fine-Tuning)*

Diego Mansano Fernandes<sup>\*,\*\*,1</sup> e Felipe Bulzico da Silva<sup>\*\*\*</sup>

\*Centro Universitário São Camilo

\*\*Social Contextual Analysis of Human Behavior Research Group – UniSA

\*\*\*Universidade Estadual Paulista – UNESP/Bauru

(Brasil)

## Resumo

Neste artigo, temos por objetivo tecer reflexões acerca das relações entre teoria psicológica e teoria social. Mais especificamente, apresentaremos e defenderemos a tese segundo a qual as relações entre a análise do comportamento – ciência sob consideração da qual se produzem teorias do comportamento – e as ciências sociais são de complementaridade, a primeira fornecendo adequadas teorias do comportamento e concepção de indivíduo às últimas e as últimas proporcionando teorias societárias que permitam um conhecimento mais ampliado do comportamento humano e informem projetos políticos-societários à primeira. Para a defesa dessa tese, dividimos este artigo em cinco seções: na primeira, abordaremos a teoria psicológica, seu escopo e seu papel na interpretação do que B. F. Skinner (1953/2014) chamou de *cultura total* e de seus efeitos sobre o indivíduo; na segunda, discutiremos o que chamamos de *psicologismo*, a prática de tentar explicar, valendo-se de uma teoria psicológica, fenômenos e processos que ocorrem em uma dimensão mais ampla – em termos de escopo e de passagem de tempo – do que o comportamento de indivíduos; na terceira, trataremos de delimitar o escopo da teoria social, bem como sua necessidade para um conhecimento mais ampliado do comportamento humano, interesse precípuo dos analistas do comportamento; na quarta, discorreremos sobre o uso de teorias psicológicas e concepções de indivíduo inadequadas nas ciências sociais, bem como as consequências de tal uso; por fim, na quinta seção, discutiremos alguns desafios do diálogo interdisciplinar e sugestões iniciais que podem se mostrar produtivas.

---

1 Endereço para correspondência: Diego Mansano Fernandes. Centro Universitário São Camilo. Rua Raul Pompéia, 144, Pompéia – São Paulo/SP – CEP 05025-010. mansanofernandes@gmail.com

*Palavras-chave:* Análise do Comportamento, Ciências Sociais, pesquisa teórica, psicologia, teoria social

### **Abstract**

Our aim in this paper is to provide some reflections regarding the relationships between the psychological theory and the social theory. More specifically, we will present and defend the thesis according to which the relationships between behavior analysis – the science taken into consideration from which theories of behavior are risen – and the social sciences shall be of complementarity, the former providing adequate theories of behavior and conception of individual to the latter and the latter providing social theories that promote a broader knowledge of human behavior and inform social-political projects to the former. Based upon this thesis, the itinerary we will make on this article is characterized by five sections: firstly, we will discuss psychological theory, its scope and its role in the interpretation of what B. F. Skinner (1953/2014) called total culture and its effects on the individual. Here, we will argue that behavior analysis produces discourses regarding behavioral relations and when Skinner (1953/2011) approached phenomena traditionally studied by the social sciences, he did so by focusing on the psychological dimensions of those phenomena; secondly, we will argue against what we call psychologism, the practice of trying to explain, based exclusively on psychological theories, phenomena and processes of wider dimension – in terms of scope and time – than the behavior of individuals. This presupposes a thesis that is fundamental to the social sciences: albeit social, cultural, and political phenomena are composed of behavioral relations, the former are not reducible to the latter. We allude to the way Skinner (1969/2014) discusses the evolution of the grammars as an example of psychologism – based mainly upon the distinction between behavior shaped directly by contingencies of reinforcement and rule-governed behavior and desconsidering the production of the sciences of the language; thirdly, we will try to delimitate the scope of social theory and its usefulness for a wider knowledge of human behavior. In this sense, we will argue that for a wider knowledge about the total culture itself – controlling agencies plus ethnical group – acting upon the individual, behavior analysts need a social theory complementary to the psychological one; fourthly, we will discuss the use – and its consequences – of inadequate psychological theories and conceptions of individual in the social sciences. Here, we will provide some examples extracted from the area of the political sciences concerned with the voting behavior. As we want to demonstrate, the use within this area of internalizing models to understand human behavior provides some problematic explanations of the voting behavior. In this sense, behavior analysis could provide some alternative theories of behavior to this area in particular, and to social sciences in general – point already outlined by Skinner (1953/2011) in his dispute of the conceptions of individuals and theories of behavior within some areas of the social sciences; finally, fifthly, we will talk about the challenges in the interdisciplinary dialogues and initial suggestions that hopefully can be fruitful. Here, we will outline the importance of the theoretical research in dissolving dilemmas.

*Keywords:* Behavior Analysis, Social Sciences, theoretical research, psychology, social theory

É ampla e intrincada a história de relações entre a Psicologia e as diferentes disciplinas que compõem as ciências sociais (e.g., Gerth & Mills, 1953; Homans, 1974). Também intrincada é a história de relações entre o que chamaremos aqui de teorias psicológicas – em nosso caso, o foco é na teoria psicológica comportamentalista radical –, por um lado, e teorias sociais, por outro. É relevante esclarecer que, para nossos propósitos neste ensaio, teorias são entendidas como uma teia conceitual produzida por uma comunidade científica a respeito de fenômenos e processos à luz das preocupações de determinado campo disciplinar. Tomadas em suas complexidades disciplinares internas e por seus desafios de diálogos externos, inter e multidisciplinares, as histórias de relações entre os muitos campos do conhecimento em questão contam algo sobre uma trajetória multifacetada a respeito de objetos, objetivos, problemas e métodos que respondam a questões da vida humana, das práticas coletivas e das condições de funcionamento sociais.

As ciências sociais são comumente entendidas por um campo multidisciplinar que contempla as disciplinas da Antropologia, da Sociologia e da Ciência Política (e.g., Castro & O'Donnell, 2014). As teorias sociais, tomadas aqui como discursos produzidos por essas disciplinas, versam sobre objetos antropológicos, sociológicos e políticos que são enquadrados em termos das tradições cultivadas nesses campos, por vezes conflitantes, por vezes complementares entre si. A título de precaução, vale também mencionar que a separação entre tais objetos e mesmo entre as disciplinas das ciências sociais não deve ser tomada como intransponível ou inegociável, uma vez que há considerável interlocução entre tais discursos e suas fronteiras são negociadas e redesenhadas com frequência.

Teorias antropológicas foram e seguem sendo alvo de discussões por parte de analistas do comportamento, em busca de suas contribuições para o que vem se desenhando como ciência cultivo-comportamental ou análise comportamental da cultura (e.g., Abdala, Linhares, Neves Filho & Melo, 2023; Bulzico & Fernandes, 2024). Teorias sociológicas também foram e seguem sendo examinadas por analistas do comportamento, em especial por sua potencial contribuição para a compreensão das dimensões institucionais da sociedade e seus efeitos no comportamento humano (e.g., de Sá, 1979; Laurenti & Lopes, 2022). Por fim, teorias políticas também estão presentes nesse cenário de diálogo, com destaque para o debate sobre compromissos filosóficos relacionados à determinada teoria política, diferentes aspectos do funcionamento da política institucional e, mais recentemente, de diferentes modelos de análise e implementação de políticas públicas (e.g., Carrara, 2020; Cihon & Mattaini, 2020; Dittrich, Strapasson & Zilio, 2023; Fernandes, 2022).

Para nossos propósitos neste artigo, tomamos as ciências sociais como campo multidisciplinar por definição e nos detemos em sua produção a respeito das dimensões sociais da vida em sociedade – isto é, de descrições e explicações de fenômenos que ocorrem em dimensão para além do comportamento de indivíduos, notadamente práticas coletivas e socialmente organizadas de diferentes formas. Em

outras palavras, teoria formulada a respeito de objeto não redutível ao objeto do discurso psicológico e a ele potencialmente relacionado. A exemplo desse tipo de interação entre diferentes níveis de discurso científico, em exame sobre a necessidade do feminismo na compreensão do comportamento humano e da sociedade, Laurenti (2023) se propôs a provocar a teoria psicológica comportamentalista radical quanto às implicações do poder político generificado na estrutura e organização social das contingências em que vivemos, o que certamente impacta nas explicações e intervenções sobre o comportamento humano produzido nessas contingências.

Diante desse cenário, neste artigo temos por objetivo tecer reflexões sobre as relações entre as teorias psicológicas e as teorias sociais, mais especificamente entre a análise do comportamento e as ciências sociais. Com vistas a atingir esse objetivo, dividimos o artigo em cinco partes. Na primeira, discorremos sobre a teoria psicológica em tela e seu papel na interpretação da cultura total (Skinner, 1953/2014) e de seus efeitos sobre o indivíduo. Na segunda, abordamos os riscos do que chamamos de *psicologismo* na explicação de fenômenos sociais, políticos e culturais. Na terceira, tratamos da necessidade de uma teoria social como forma de aprofundamento necessário do conhecimento sobre o comportamento humano. Na quarta, discutimos os usos problemáticos de teorias psicológicas nas ciências sociais, bem como as consequências de tais usos. Finalmente, na quinta parte, tratamos dos desafios do diálogo interdisciplinar entre a Psicologia e as ciências sociais e apontamos possíveis caminhos para exploração mútua.

### **Sobre Teoria Psicológica e seu Papel na Interpretação da *Cultura Total* e de seus Efeitos Sobre o Indivíduo**

Em seu *Princípios de Psicologia*, Keller e Schoenfeld (2) (1950/1995) parecem ser ainda hoje os que melhor capturam o relacionismo da definição do objeto de estudo da análise do comportamento e os elementos centrais dessa teoria psicológica:

Poder-se-ia definir a psicologia como a ciência do comportamento dos organismos. Entretanto, esta definição simples é ao mesmo tempo incompleta e equívoca....

Além disso, **os psicólogos estudam o comportamento em suas relações com o ambiente**. O comportamento isolado do meio em que ocorre dificilmente poderia ser objeto de uma ciência. Imagine-se, por um momento, o absurdo que seria uma fita que registrasse todo comportamento de um organismo, do nascimento até a morte, e em que todas as indicações do mundo em que ele vive estivessem cuidadosamente apagadas! **Só quando se começa a relacionar os aspectos do comportamento com os do ambiente é que há a possibilidade de existir uma psicologia científica** (1950/1995, pp. 56, ênfase adicionada)

Skinner, por sua vez, em seu *Ciência e Comportamento Humano* (3) (1953/2014), livro síntese de sua teoria psicológica publicado em 1953 e o segundo livro síntese do campo depois de K&S, atravessa o caminho dos princípios básicos aos fenômenos complexos que caracterizam as relações comportamentais. Na Seção V, nomeada

*Agências controladoras*, o autor não apenas oferece um vislumbre desse trajeto por ele trilhado, como também, ao adentrar o campo das ciências sociais, deixa claro o seu interesse não em disputar esse campo propriamente dito, mas as concepções de indivíduo nele encontradas – sem mencionar explicitamente autores específicos das ciências sociais. Eis o que Skinner (1953/2014, p. 333, ênfase adicionada) afirma:

As agências a serem consideradas nesta seção foram escolhidas nos campos do governo, religião, psicoterapia, economia e educação. São áreas muito amplas, que não podem, naturalmente, ser aqui adequadamente tratadas. Afortunadamente, para nossos propósitos atuais, não necessitamos de um relato exaustivo dos fatos históricos e comparativos a respeito de religiões, governos, sistemas econômicos e assim por diante. **Preocupam-nos apenas as concepções encontradas sobre o indivíduo que se comporta nesses campos.**

Além das concepções de indivíduo encontradas no campo das ciências sociais, Skinner (1953/2014) preocupa-se também com as teorias do comportamento – tomadas aqui como teorias psicológicas – presentes nesse mesmo campo. Problematicando tais teorias, o autor faz a defesa de *uma* formulação em especial, geral e abrangente, sobre o sujeito psicológico – uma compreensão funcional, tal como descrita por K&S. Passando a palavra a Skinner (1953/2014, pp. 333-334, ênfase adicionada):

Geralmente a Teologia tem muito a dizer a respeito do homem em sua relação com o universo. Com frequência as teorias do governo descrevem o homem como um animal político ou como um agente responsável perante a lei. A Psicoterapia é particularmente rica em “sistemas” do comportamento humano e o “homem econômico” tem figurado proeminentemente na teoria econômica. Uma psicologia especial desenvolveu-se no campo da educação.

**Estas teorias do comportamento humano são, se o forem, raramente satisfatórias, mesmo em seus campos apropriados**, e pode-se levantar contra elas objeção ainda maior. Cada concepção se baseia em um conjunto de fatos particulares e desenvolve-se e é usada principalmente para explicar esses fatos em separado. A concepção desenvolvida em um campo raramente se aplica, e nunca eficientemente, a outro...

Poderíamos chegar a uma formulação do comportamento que poderia ser aplicada a qualquer campo considerando todos os fatos históricos e comparativos de uma vez. Há, entretanto, um modo mais simples. Nossa concepção do comportamento humano não precisa ser deduzida dos fatos complexos que finalmente deve explicar... **Uma análise funcional do comportamento provê uma concepção básica com a qual podemos abordar por seu turno cada um desses campos...**

Nossa análise não apenas terá em cada caso o apoio do estudo científico do indivíduo sob condições ótimas de observação, **mas será também comum a todos os campos.**

Portanto, dos dois trechos por último citados, interpretamos que Skinner (1953/2014) não estava disputando o campo propriamente dito das ciências sociais, mas o que há de psicológico em tal campo – as concepções de indivíduo e as teorias do comportamento nele encontradas. Esse é um ponto de extrema importância, que nos permite entender porque Skinner discutiu as áreas que ele se propôs a discutir da forma como o fez: ao invés de adentrar o campo das teorias sociais, que são, como mais adiante tentamos mostrar, discursos referentes a fenômenos e processos não redutíveis ao objeto psicológico, Skinner se mostrou preocupado com as dimensões psicológicas das agências controladoras, definindo estas em termos das técnicas de controle que empregam e analisando seus efeitos sobre os controlados que, com elas, compõem um *sistema social*. Em outras palavras, Skinner se preocupava, sobretudo, com as relações comportamentais, objeto precípua da teoria psicológica, e com os efeitos da *cultura total* sobre o indivíduo – voltamos a esse ponto mais adiante.

De todo modo, as discussões feitas por Skinner (1953/2014) permitem antever uma importante contribuição da análise do comportamento às ciências sociais: essa teoria psicológica pode oferecer às ciências sociais teorias do comportamento e uma concepção de indivíduo adequadas, haja vista que, como discutimos na próxima seção, os fenômenos e processos por essas ciências estudados emergem de relações comportamentais.

### **Perigos de Certa Extrapolação Para Além dos Muros da Psicologia e o Risco do Psicologismo**

Historicamente, as ciências sociais precisaram estabelecer a independência de seus objetos de estudo em relação aos de outras disciplinas, dentre as quais, a Psicologia. Nesse sentido, uma das teses fundantes das ciências sociais é a de que, embora os fenômenos sociais, culturais e políticos sejam derivados de relações comportamentais, aqueles não se reduzem a estas. Reproduzimos, a seguir, exemplos dessa tese extraídos um da literatura sociológica e outro da antropológica, sem, com isso, aderir, seja integral ou mesmo parcialmente, às teorias sociais dos autores referenciados:

Aqui está, portanto, uma ordem de factos que apresentam características muito especiais: consistem em maneiras de agir, de pensar e de sentir exteriores ao indivíduo, e dotadas de um poder coercivo em virtude do qual se lhe impõem. **Por conseguinte, não podem confundir-se com os fenômenos orgânicos, visto que consistem em representações e em ações; nem com os fenômenos psíquicos, que não têm existência senão na consciência individual, e devido a ela. Constituem, pois, uma espécie nova e a eles se deve atribuir e reservar a qualificação de *sociais*** (Durkheim, 1895/2004, p. 39, ênfase adicionada)

**Todas as entidades socioculturais indicadas têm uma existência física que depende da observação direta ou indireta dos pensamentos e do comportamento dos homens, mulheres e crianças isolados.** Dessa forma,

como resultado de nossa história evolutiva, o homem, assim como outros animais, está equipado com certos sentidos que lhe permitem tocar, ver, ouvir ou cheirar algumas entidades mais imediata e diretamente que outras. Custa-nos perceber (sentir) as partículas subatômicas ou a estrutura molecular do DNA. Mas, como a maioria dos animais, o homem não tem dificuldades para perceber organismos isolados, as partes de seus corpos e os efeitos no ambiente dos movimentos das partes do corpo (incluídos os sons da fala). **Esses movimentos corporais e seus efeitos no ambiente constituem os dados axiais sobre os quais se erigem (ou podem erigir-se) as entidades socioculturais supraindividuais, mas fisicamente reais.** Enquanto o modelo se construa sobre um ponto de partida físico e identificável e seguindo passos lógicos e empíricos explícitos, pode reivindicar uma realidade física (Harris, 1989/2007, p. 53, ênfase adicionada)

À luz dessa tese, entendemos que as ciências sociais e suas variações internas permitem, a seu modo e com contradições internas próprias típicas de toda área do conhecimento, conhecer dimensões societais e relacioná-las ao estudo das relações comportamentais. Em outras palavras, Sociologia, Antropologia, Ciência Política (ocasionalmente a Economia, a Linguística, entre outras) estudam mudanças nas dimensões societais – de sujeitos mais ou menos organizados, grupos políticos agindo na defesa de seus interesses em sociedade, blocos de poder confrontando-se em torno de projetos de poder, manifestações culturais típicas de uma ou outra parte do mundo, mudanças de padrões linguísticos e efeitos de discursos, entre outros aspectos.

Por outro lado, a teoria psicológica permite enunciados relacionados ao seu objeto de estudo, isto é, às relações comportamentais. Ao se referir às relações comportamentais, a teoria psicológica aborda, indiretamente, os processos sócio-históricos que estão contidos, como uma camada ou dimensão a mais, na constituição de tais relações. Nesse sentido, se considerarmos a obra skinneriana, ao tomar a cultura e a sociedade como elementos constituintes das relações comportamentais, Skinner não apenas se caracterizou como um pensador da Psicologia, mas também da cultura e da sociedade (Abib, 1994). Contudo, compreender que a sociedade e a cultura constituem elementos indispensáveis à análise das relações comportamentais não implica, de modo algum, a possibilidade de os fenômenos sociais, culturais e políticos serem explicados em termos de uma teoria psicológica.

Se a tese fundante das ciências sociais for assumida, torna-se claro que a teoria psicológica não pode explicar fenômenos societários e culturais; ela os toma como parte constituinte de seu objeto de estudo, mas não formula enunciados explicativos sobre eles, correndo sempre o risco de, ao tentar fazê-lo, reduzi-los aos termos de seu próprio objeto de estudo, isto é, a uma teoria psicológica.

Ora, é justamente a essa tentativa de explicar fenômenos sociais, culturais e políticos com base em teorias psicológicas que damos o nome de *psicologismo*. B. F. Skinner, a despeito da precaução que demonstrou nos dois trechos de CCH mencionados anteriormente, parece incorrer, em outros momentos de sua obra, no *psicologismo*, interpretando de forma vaga e abstrata certos fenômenos de outra

dimensão que não propriamente psicológica. Forneceremos um exemplo oriundo da forma como Skinner (1969/2014, p. 140, ênfase adicionada) discute um fenômeno linguístico e político complexo, a gramática:

A linguagem é um conjunto bem conhecido de contingências reforçadoras. Durante centenas de anos, os homens falaram sem o benefício das regras codificadas. Algumas sequências de palavras eram mais eficazes, outras menos, ou simplesmente não o eram. **A descoberta da gramática foi a descoberta das propriedades bastante estáveis das contingências mantidas por uma comunidade.** A descoberta pode ter sido inicialmente alcançada como uma forma de solução de problema pessoal, mas **a descrição das contingências na forma de regras gramaticais permitiu aos homens falarem corretamente aplicando regras, ao invés de fazê-lo através de longa exposição às contingências.** As mesmas regras tornaram-se úteis na instrução e na manutenção do comportamento verbal em conformidade com os usos da comunidade.

No referido trecho, Skinner faz dois usos diferentes do termo *gramática*. No primeiro sentido, ele se refere a propriedades estáveis das contingências mantidas por uma comunidade. No segundo, ele toma gramática como compêndio/manual prescritivo que regula os usos linguísticos na comunidade.

Se tomarmos o segundo sentido, o de compêndio/manual descritivo, a produção das ciências da linguagem sugere que o processo sugerido por Skinner não ocorreu dessa forma. Gramáticas, no sentido de compêndios/manuais, são sempre, e principalmente em seu surgimento na versão da tradição ocidental greco-romana, recortes peculiares do fenômeno linguístico que focavam em certa literatura considerada cânone como exemplo dos usos “corretos”. Em sua historiografia dos processos de “gramatização”, Vieira (2018) descreve o movimento histórico de transformar aspectos específicos do falar em unidades de linguagem passíveis de diferentes classificações, que viriam a ser categorias gramaticais – algo que na tradição ocidental se origina com Platão – e, não menos importante, os embates e as diferentes tradições que deram origem ao que entende-se hoje como gramática tradicional.

Assim, o segundo sentido depreendido da afirmação de Skinner em destaque se relaciona com esse processo de gramatização. Sob essa lente, gramática, afinal, diz respeito a projetos políticos que são interessantes a algum grupo social específico, não raro identificados com elites de alguma natureza, das gregas às romanas e, no caso do português, lusitanas. Portanto, a história da construção de gramáticas guarda mais relações com a necessidade de legitimar projetos de identidade étnica, cultural e, no limite, nacional, do que com os usos correntes das amplas comunidades, pouco importantes ou mesmo irrelevantes nesse caso (para uma história da gramática tradicional, conferir Vieira, 2018). Apenas nos últimos 40 ou 50 anos surgiram esforços reais para que os compêndios sejam de fato descritivos dos usos das comunidades (para o caso do português brasileiro, conferir Bagno, 2011), mas, ainda assim, não é razoável dizer que eles regulam os usos dos falantes de forma extensiva.



Se tomarmos o primeiro sentido depreendido de Skinner, o de propriedades estáveis das contingências mantidas por uma comunidade, podemos, de fato, falar em uma gramática, mas pouco ou nada relacionada com o sentido que Skinner dá a ela em seu trecho – não há nos usos linguísticos da comunidade uma primazia do compêndio gramatical, mas de regularidades encontradas nas práticas (contingências), reguladas e mediadas entre si, com pouca ou nenhuma influência concreta dos compêndios. Novamente, e é relevante repetir, os compêndios não controlam o comportamento verbal dos falantes de forma extensiva.

Portanto, a narrativa construída por Skinner sobre a evolução do campo da *gramática* é carregada de confusão teórica, exageradamente abstrata, não amparada por evidência empírica das ciências da linguagem e consiste, basicamente, em uma “super interpretação” de outro fenômeno à luz da trama conceitual de sua teoria psicológica.

A título de ressalva, contudo, convém mencionar que, como é caso para todo pensador que está fazendo avançar seu campo, não é um problema que Skinner tente discutir fenômenos sociais à luz da teoria psicológica. A tentativa aparente de construir uma narrativa supostamente explicativa desses fenômenos a partir de uma teoria que não se propõe a estudá-los em seus próprios domínios é que é, de fato, um problema. Skinner faz ambas as coisas ao longo de sua obra, de modo que é papel das comunidades interessadas no conhecimento promovido e sustentado por suas ideias e práticas proceder à crítica construtiva, que faça o campo avançar na compreensão das dimensões sociais que permita explicação pertinente ao comportamento humano. Naturalmente, a precaução aqui adotada diante da ameaça dos reducionismos não se limita ao trabalho de Skinner, se estende ao trabalho de analistas do comportamento de modo geral em suas incursões a fenômenos e processos para além das relações comportamentais.

### **A Necessidade de uma Teoria Social Como Forma de Aprofundamento do Conhecimento Sobre o Comportamento**

Na seção anterior, ressaltamos que uma das teses fundantes das ciências sociais é aquela segundo a qual, embora fenômenos sociais, culturais e políticos derivem de relações comportamentais, aqueles não se reduzem a estas. Esse estado de coisas delimita o escopo tanto da teoria psicológica – discurso sobre as relações comportamentais – como o da teoria social – discurso sobre fenômenos e processos que ocorrem em uma dimensão mais ampla em termos de escopo e de passagem de tempo. Por exemplo, um antropólogo interessado na terminologia de parentesco de um dado grupo indígena não se confronta, em sua pesquisa de campo, com tal sistema terminológico. Confronta-se, a bem da verdade, com comportamentos verbais e não verbais – as maneiras pelas quais os membros do grupo chamam uns aos outros e as relações que se estabelecem entre eles. A partir desses dados básicos, dessas relações comportamentais, que ele extrai a existência de um sistema terminológico Omaha, Crow ou qualquer outro – as *entidades socioculturais supraindividuais* na terminologia de Harris. Interessando-se no sistema terminológico em si, o antropólogo pode se perguntar por que, afinal, aquele grupo tem um sistema Omaha

e não Crow, por exemplo. Para responder a essa pergunta, provavelmente não apenas investigará outros aspectos da cultura do grupo junto ao qual desenvolve a sua pesquisa, como também comparará seus próprios dados etnográficos com aqueles produzidos por outros antropólogos que se debruçaram sobre os sistemas terminológicos de parentesco de outros grupos – o método comparativo a que Skinner (1953/2014) fez alusão em um dos trechos do CCH que citamos. Em tudo isso, torna-se claro que o interesse do antropólogo de nosso exemplo não incide sobre os comportamentos verbais e não verbais que lhe serviram de matéria-prima, mas sobre fenômenos de dimensão mais ampla – o sistema terminológico em si. As teorias sociais que por ventura ele formular serão, por conseguinte, de natureza um tanto diferente daquela de teorias do comportamento ou psicológicas.

Também vimos que, uma vez que as ciências sociais estudam fenômenos e processos emergentes de relações comportamentais, essas ciências não podem prescindir de uma teoria psicológica que as ajude a compreender os sujeitos envolvidos. Daí a disputa de Skinner (1953/2014), plenamente compreensível e necessária, pelas concepções de indivíduos e teorias do comportamento que encontramos nas ciências sociais – permitindo antever uma contribuição importante da análise do comportamento a essas ciências.

Finalmente, vimos ainda que, à luz dos trechos do CCH citados na primeira seção, o interesse de Skinner (1953/2014) recaía sobre as dimensões psicológicas dos fenômenos sociais, culturais e políticos, analisando as técnicas de controle usadas pelas agências controladoras e seus efeitos sobre os controlados. Em extensão, portanto, o foco de análise do autor incidia na *cultura total* – agências controladoras e grupo ético – agindo de *forma simultânea* sobre os indivíduos.

Ora, à luz disso, torna-se inevitável que, para compreender o funcionamento dos ambientes complexos nos quais estamos inseridos e a própria *cultura total* agindo de *forma simultânea* sobre os indivíduos, precisamos de uma teoria social complementar à teoria psicológica – e aqui podemos antever a contribuição das ciências sociais à análise do comportamento. O que se segue é uma adaptação aos nossos termos de perguntas que se fazem nesses campos e que nos são relevantes: o que é e como se constituem as sociedades em que indivíduos operam? Quais são as unidades de análise e os processos a serem investigados nesses campos? Quais os processos que dão forma às contingências em que estamos inseridos e de alguma forma reproduzimos cotidianamente?

Ao responder tais perguntas se constroi uma teoria social, um tipo de discurso que oferece uma compreensão sistêmica e estrutural do processo sócio-histórico no qual os indivíduos se inserem. Mais especificamente, trata-se de investigar padrões históricos de produção das condições materiais de vida e de reprodução de papéis sociais que organizam essa vida tal como a vivemos na modernidade, ou seja, em nosso período histórico (ou em outros que se queira analisar nos termos desta ou daquela teoria social). Trata-se de investigar as condições materiais que estruturam os padrões de contingências monetárias, alimentares e trabalhistas e as condições culturais e sociais de reprodução de papéis sociais (em especial o cuidado como tecnologia de gênero) que estruturam os padrões de contingências domésticas, escolares e de saúde, ambos conjuntos complexos de contingências que modelam

nossa existência em um sentido amplo e nossos repertórios comportamentais em sentido específico.

A pretensa articulação entre dimensões individuais e sociais/sociais esboçada no parágrafo anterior já sugere um movimento de síntese entre teoria psicológica e teoria social, algo que nos interessa no grande quadro das coisas, como forma de dar sentido ao mundo que vivemos e aos nossos modos de agir e pensar em tal mundo. Em movimento nessa mesma direção, o sociólogo estadunidense C. Wright Mills chamou de imaginação sociológica a capacidade de ancorar questões individuais e privadas em dimensões públicas e de relacionar questões públicas com a vida privada. Em suas palavras:

Chegamos a saber que todo indivíduo vive, de uma geração até a seguinte, numa determinada sociedade; que vive uma biografia. E que vive dentro de uma sequência histórica. E pelo fato de viver contribui, por menos que seja, para o condicionamento dessa sociedade e para o curso de sua história, ao mesmo tempo em que é condicionado pela sociedade e pelo seu processo histórico....

**A imaginação sociológica nos permite compreender a história e a biografia e a relação entre ambas, dentro da sociedade.** Essa é a sua tarefa e a sua promessa (Mills, 1959/1982, p. 11, ênfase adicionada).

### **O Problemático uso de Teorias Psicológicas e Concepções de Indivíduo nas Ciências Sociais**

Vimos na seção precedente que uma boa teoria social é de absoluta necessidade à Psicologia, haja vista que, por meio dessa teoria, podemos chegar a uma compreensão histórica e estrutural das contingências em vigor e, ato contínuo, dar sentido social às relações comportamentais. Contudo, também vimos que, embora sustentem a independência de seus respectivos objetos de investigação, as ciências sociais não podem prescindir nem de uma teoria psicológica nem de uma concepção de indivíduo, visto que as relações comportamentais constituem parte integrante dos fenômenos que buscam explicar. Portanto, as relações entre Psicologia e ciências sociais devem ser, a nosso ver, de complementaridade.

Nesta seção, discutimos o que nos parecem usos indiscriminados e pouco parcimoniosos de teorias psicológicas por parte das ciências sociais, na expectativa de esclarecer implicações desse expediente explicativo fragmentário, que surge como contrapartida ao psicologismo discutido anteriormente.

Um exemplo contemporâneo e relevante do tipo de problema aludido nesta seção é o esforço contínuo para a compreensão e a previsão dos fenômenos e processos que se convencionou estudar sob o rótulo de comportamento político. A área em questão é particularmente importante para nosso interesse nesta seção porque coloca o desafio de entender o comportamento de indivíduos à luz das estruturas da sociedade em que vivem, ou seja, desafia o cientista social a qualificar seu olhar sobre o sujeito a partir de sua compreensão das estruturas dentro das quais ele opera.

Capitaneado pela Ciência Política, o estudo do comportamento político se subdivide em subáreas e se apoia em múltiplas teorias, em esforço para articulação de discursos psicológico, social, econômico e político. A literatura contemporânea (e.g., Borba & Cardoso, 2019) articula ao menos seis áreas de estudo do comportamento político, que podem variar em classificação a depender das referências consultadas, mas se organizam em torno do estudo da “sofisticação dos públicos de massa e dos sistemas de crenças”; do “processo de modernização da democratização”; do “comportamento eleitoral”; da “participação política”; da “relação entre opinião pública e representação política”; e, por fim, dos “valores políticos” (Borba & Cardoso, 2019).

Borba e Cardoso (2019) caracterizam os estudos sobre o comportamento político em dois aspectos importantes. Em primeiro lugar, o uso da pesquisa comparativa na mobilização de informações sobre tempos e locais distintos para a formulação do conhecimento empírico sobre o comportamento político. Em segundo lugar, a inter-relação entre as condições sociais em que operam o ator político e seu comportamento eleitoral, na medida em que a crescente complexidade das democracias contemporâneas modifica o próprio comportamento dos atores que a compõem, movimento esse de mão dupla.

Dentre os múltiplos esforços de formulação teórica nesse campo, a literatura indica certa insatisfação com os modelos adotados por cientistas sociais e, acima de tudo, uma incongruência teórica entre as concepções psicológicas subjacentes a tais modelos (Moghadam, 2017). Ao mesmo tempo, o campo é hegemônico por modelos cognitivistas de funcionamento da dimensão psicológica dos atores políticos, tais como o recurso a teorias cognitivas da personalidade e a teorias econômicas da escolha, de corte supostamente racional (Huddy, Sears & Levy, 2013).

Talvez o exemplo mais significativo da “pluralidade” teórica nessa seara e do recurso às teorias psicológicas seja a hipótese de “desativação ideológica” elaborada por Singer (2022) diante dos padrões gerais do eleitorado brasileiro em eleições majoritárias do período da Nova República. Avaliando pesquisas de intenções de voto da série histórica brasileira, sobretudo resultados eleitorais recentes, o cientista político examina o crescente movimento do eleitorado à direita a partir de 2016. A hipótese central de sua investigação, seguindo o pressuposto típico dos estudos em comportamento eleitoral de que “o papel de qualquer campanha é ativar predisposições ideológicas existentes” (Singer, 2022, p. 710), é a de que o eleitorado teve suas predisposições ideológicas “ativadas” por campanhas eleitorais recentes, sobretudo após o ciclo Lulista esgotado em 2016. Na contramão da “desativação” do conservadorismo dominante no panorama ideológico do eleitorado brasileiro, operada pelo ciclo lulista no governo, as direitas organizadas politicamente teriam conseguido “reativar” tais disposições ideológicas “tal como os sonhos na teoria psicanalítica”, com as campanhas transformando “tendências latentes em conteúdos manifestos” (p. 710).

As noções de “ativação” ou “desativação” ideológicas são emprestadas da literatura do campo, mas nem a obra que oferece tais modelos originalmente, *The People’s Choice*, de Lazarsfeld, Berelson e Gaudet (1968), nem o trabalho de Singer

tratam propriamente de uma “concepção sobre o indivíduo” que permita unificar o campo em torno de uma teoria psicológica coerente. Adicionalmente, o recurso de Singer, ainda que metafórico, à noção psicanalítica de manifestação de conteúdos latentes sugere que certo intercâmbio de concepções sobre o sujeito psicológico que se comporta politicamente é razoável, a despeito da compreensão hegemônica cognitivista na área, já mencionada anteriormente. Por fim, não fica claro tampouco se as teorias psicológicas mobilizadas por esses campos – e por demais campos das ciências sociais que assim o façam – compartilham de pressupostos filosóficos (compromissos com ontologias, epistemologias, éticas e políticas) com as próprias teorias sociais que delas lançam mão. Trata-se da potencial incongruência teórica já sinalizada na literatura da área.

É justo salientar que as pesquisas mencionadas nesta seção se debruçam sobre o comportamento político em geral e, em alguns casos, sobre o comportamento eleitoral de certas populações em determinados contextos. Ainda, trabalham com diversos instrumentos de avaliação empírica. Nesse sentido, não é razoável que sejam cobrados a formular uma teoria psicológica unificada sobre o fenômeno que investigam, tampouco que estejam integralmente conscientes das implicações controversas e por vezes conflitantes dos modelos psicológicos que se proliferam na área. Nosso recurso a essa literatura tem a função específica de exemplificar a fragmentação e o ecletismo das teorias psicológicas adotadas em áreas das ciências sociais quando se deparam com comportamentos de indivíduos em suas análises sociais e societais.

É diante dessas considerações que torna-se não apenas compreensível, mas também endossável a disputa de Skinner (1953/2014) pelas teorias psicológicas e concepções de indivíduo encontradas nas ciências sociais. Uma vez que os fenômenos investigados pelas ciências sociais são constituídos de relações comportamentais, tais ciências não podem prescindir de uma “concepção básica” segundo a qual possamos avaliar o comportamento do sujeito em diversos campos do saber, apostando na ideia de que é improvável que o sujeito seja tão fragmentado como as diferentes perspectivas científicas aqui brevemente mencionadas o fazem parecer.

### **Diante dos Desafios do Diálogo Interdisciplinar Entre a Psicologia e as Ciências Sociais: Sugestões Iniciais**

O diálogo interdisciplinar, especialmente quando ele realmente se constitui como diálogo, com duas partes interessadas, é desafiador e tende a escancarar incompatibilidades. Por exemplo, não é possível formular uma teoria da sociedade e da cultura que seja analítico-comportamental porque a análise do comportamento oferece um discurso psicológico. O que parece possível é investigar, com os métodos da psicologia, dimensões societárias das relações comportamentais (e.g., Bulzico & Fernandes, 2024).

Alternativamente, não é possível, por exemplo, uma análise psicológica com base nos escritos de K. Marx e F. Engels, uma vez que estudaram outros objetos e usualmente se voltaram para processos históricos e econômicos de funcionamento

da sociedade. A título de ilustração desse tipo de problema, estudos sobre uma suposta *psicologia em Marx* foram empreendidos por psicólogos soviéticos tais como L. S. Vigotski e S. L. Rubinstein, entre outras pessoas na então efervescente ciência soviética, mas, em todo caso, a conclusão costuma ser a de que precisamos de um *O capital* para a Psicologia, ou seja, precisamos de uma ciência própria, com objeto próprio, que se construa à luz dos métodos materialistas, esses sim se apoiando nas sugestões das obras de Marx e Engels (e.g., Rubinstein, 1931/2021; 1940/2024; Vigotski, 1982/2024). Assim, nas reflexões da história da Psicologia soviética como na tese central deste artigo, o que parece possível é elucidar, com base nos métodos das ciências sociais, quais os processos que produzem os padrões de contingências aos quais indivíduos respondem e, ao fazê-lo, reproduzem em larga medida.

Colocar esses discursos – o psicológico e o social – para conversar nos pede cuidado com as armadilhas do ecletismo e do dogmatismo, e um caminho possível é o exame dos compromissos filosóficos da teoria psicológica em questão, da teoria social em questão, e de eventuais propostas teórico-metodológicas que surjam dessas contínuas conversas. Esse papel de diálogo entre diferentes perspectivas cabe, a nosso ver, principalmente à pesquisa teórico-conceitual, que pode ser definida, conforme sustenta Lopes (2016), não apenas como a investigação do *background* teórico que orienta pesquisas empíricas, como também a mediação do *background* teórico do pesquisador.

Além disso, mais do que colocar sob exame e cotejar teorias distintas, a psicológica e a social, é pertinente compreender de forma mais clara, para fins do bom funcionamento desse diálogo, os campos disciplinares específicos nos quais as teorias sociais surgem – seus dilemas, suas questões fundamentais, seus respectivos objetos de estudo e assim por diante. Apenas quando entendemos minimamente, por exemplo, o campo da Antropologia, com sua história, seus interesses e dilemas, é que podemos ter uma exata noção do lugar ocupado nessa tradição, por exemplo, pela estratégia de investigação do materialismo cultural de Harris, suas influências e contradições. O mesmo se aplica aos estudos sobre o comportamento político na Ciência Política e a proliferação de estratégias metodológicas e modelos teóricos que busquem esclarecê-lo, para mencionarmos exemplos discutidos anteriormente.

No que diz respeito a tentativas atuais de fazer uso de teorias sociais para avançar o conhecimento sobre o comportamento humano, destacam-se o trabalho de Fernandes e Tibério (2023), que dialoga com modelos produzidos por uma teoria social de corte marxiana; Bulzico (2023), que faz uso de uma teoria social de corte anarquista; e demais exemplos tais como o já mencionado esforço de Laurenti (2023), que articula teorias sociais advindas do feminismo com a análise do comportamento. Nesse sentido, o esforço para compatibilizar modelos teóricos oriundos de tradições e comunidades distintas passa por identificar compromissos filosóficos compatíveis, ou *backgrounds* teóricos comungáveis entre si.

### Considerações Finais

Neste artigo, procuramos delimitar o escopo da teoria psicológica – discurso sobre relações comportamentais – e o da teoria social – discurso sobre fenômenos e processos de dimensão mais ampla em termos de escopo e passagem de tempo. Discutimos também a respeito não apenas dos riscos do psicologismo, a prática de se tentar explicar, com base em uma teoria psicológica, fenômenos sociais, culturais e políticos, como também os riscos dos usos de teorias do comportamento e concepções de indivíduo inadequadas pelas ciências sociais.

Defendemos também que as relações entre análise do comportamento – ciência sob consideração da qual se produzem teorias do comportamento – e as ciências sociais são de complementaridade, a primeira fornecendo teorias do comportamento e concepções de indivíduo adequadas e as últimas propiciando um arcabouço por meio do qual se possa aprofundar o conhecimento sobre o comportamento humano.

Convém ressaltar que, ao explicitarmos as divisões disciplinares dos discursos produzidos pelos esforços comunitários de produção de conhecimento nos diferentes campos da ciência, não estamos defendendo uma separação estanque das disciplinas ou mesmo que cada discurso é dotado de propriedades especiais que o distinguem. O que estamos tomando o cuidado de fazer é avaliar os limites de discursos orientados a objetos e problemas específicos e, nesse sentido, quais seriam as maneiras produtivas de avançar as fronteiras disciplinares sem incorrer em problemas lógicos, teóricos, filosóficos e, por fim, práticos, porque partimos da posição skinneriana de que confusão na teoria é confusão na prática.

Nesse diálogo interdisciplinar, nossa posição é a de que não apenas a pesquisa empírica possa trazer respostas aos dilemas que porventura surgirão, mas que, sobretudo, a pesquisa teórico-conceitual se constitua como um terreno de arbitragem de tais dilemas. O sentido mais claro dessa postura é o de que a confusão conceitual não pode se dirimir apenas com a pesquisa empírica, uma vez que as ferramentas teóricas que mediam a delimitação de problemas, de objetos, de métodos de pesquisa e permitem analisar resultados e discuti-los à luz de certa teoria (psicológica ou social) são elas próprias carregadas de pressupostos e estão emaranhadas em teias conceituais e práticas comunitárias que as dão sentido. A pesquisa teórico-conceitual tem como alvo primário de investigação justamente o esclarecimento dos dilemas que surgem quando do encontro de diferentes teias conceituais e práticas comunitárias de compreensão de fenômenos e processos, seja qual for o discurso disciplinar que convenha adotar.

A pesquisa teórico-conceitual surge, portanto, como uma espécie de árbitro que apara arestas e regula as práticas de produção de conhecimento e compreensão da realidade de uma ou mais comunidades científicas. Nesse caso, nos interessam em particular comunidades analítico comportamentais no âmbito da Psicologia e comunidades materialistas no âmbito das ciências sociais, de modo que a pesquisa teórico-conceitual permita a tais atores maior rigor no intercâmbio necessário entre seus discursos. A necessidade de tal intercâmbio nos parece, a essa altura, evidente, seja pelos exemplos que foram dados no âmbito da Psicologia, seja pelos que foram recuperados no âmbito das ciências sociais.

## Referências

- Abdala, M., Linhares, Y., Neves Filho, H. B., & Melo, C. M. (2023). Aproximações conceituais entre análise comportamental da cultura e a Antropologia interpretativa. *Acta Comportamentalia*, 31(3), 505-524. <https://doi.org/10.32870/ac.v31i3.86452>
- Abib, J. A. D. (1994). O contextualismo do comportamento verbal: A teoria skinneriana do significado e sua crítica ao conceito de referência. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 10(3), 473-487.
- Bagno, M. (2011). *Gramática pedagógica do português brasileiro*. Parábola.
- Borba, J., & Cardoso, G. R. (2019). Os estudos de comportamento político na ciência política brasileira: Caracterização do campo, apontamentos sobre a literatura e trabalhos de referência. *BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, (89), 1-33. Recuperado de <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/479>
- Bulzico, F. (2023). Relações entre o anarquismo e as discussões sociais skinnerianas. In A. Dittrich, B. A. Strapasson, & D. Zilio (Eds.), *Análise do comportamento: Dimensões políticas* (pp. 109-131). Instituto Par.
- Bulzico, F., & Fernandes, D. M. (2024). O teorizar sobre culturas: Diálogos necessários entre antropologia e análise do comportamento. *Acta Comportamentalia*, 32(2), 247-267. <https://doi.org/10.32870/ac.v32i2.88349>
- Carrara, K. (2020). *Contingencialismo, comportamento e políticas públicas*. Chiado Books.
- Castro, C., & O'Donnell, J. (2014). *Introdução às ciências sociais*. Editora FGV.
- Cihon, T. M., & Mattaini, M. A. (Eds.). (2020). *Behavior science perspectives on culture and community*. Springer.
- Dittrich, A., Strapasson, B., & Zilio, D. (Orgs.) (2023). *Análise do comportamento: Dimensões políticas*. Instituto Par.
- de Sá, C. P. (1979). *Psicologia do controle social*. Achiamé.
- Durkheim, E. (2004). *As regras do método sociológico*. Editorial Presença. (Originalmente publicado em 1895)
- Fernandes, D. M. (2022). Estado, políticas públicas e análise do comportamento. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 24, 1-21. <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v24i1.1629>
- Fernandes, D. M., & Tibério, S. F. (2023). Socialismo e comportamentalismo: Contribuições de uma teoria social para uma teoria psicológica. In A. Dittrich, B. A. Strapasson, & D. Zilio (Eds.), *Análise do Comportamento: Dimensões políticas* (pp. 67-86). Instituto Par.
- Gerth, H. H., & Mills, C. W. (1953). *Character and social structure: The psychology of social institutions*. Harcourt, Brace.
- Harris, M. (2007). *Teorias sobre la cultura en la era posmoderna*. Crítica. (Originalmente publicado em 1989)
- Homans, G. C. (1974). *Social behavior: Its elementary forms* (Revised ed.). Harcourt Brace Jovanovich.



- Huddy, L., Sears, D. & Levy, J. (2013). Introduction: Political psychology fundamentals. In L. Huddy, D. Sears, & J. Levy (Eds), *Oxford handbook of political psychology* (pp 1-22). Oxford University Press.
- Keller, F. S., & Schoenfeld, W. N. (1995). *Principles of psychology: A systematic text in the science of behavior*. BF Skinner Foundation. (Originalmente publicado em 1950)
- Laurenti, C. (2023). Precisamos de feminismo na análise do comportamento? Argumentos e contra-argumentos. In A. Dittrich, B. A. Strapasson, & D. Zilio (Orgs.), *Análise do Comportamento: Dimensões políticas* (pp. 153-174). Instituto Par.
- Laurenti, C., & Lopes, C. E. (2022). Uma análise do comportamento contracultural: Perspectivas e desafios. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 13(1), 25-40. <https://doi.org/10.18761/DH00024.jan22>
- Lazarsfeld, P. F., Berelson, B., & Gaudet, H. (1968). *The people's choice: How the voter makes up his mind in a presidential campaign*. Columbia University Press.
- Lopes, C. E. (2016). Relações entre pesquisa teórica e pesquisa empírica em psicologia. In C. Laurenti, C. E. Lopes, & S. F. Araújo (Eds.), *Pesquisa teórica em psicologia: Aspectos filosóficos e metodológicos* (pp. 15-40). Hogrefe.
- Mills, C. W. (1982). *A imaginação sociológica*. Zahar. (Originalmente publicado em 1959).
- Moghaddam, F. M. (Ed.). (2017). *The SAGE encyclopedia of political behavior*. SAGE Publications.
- Rubinstein, S. L. (2021). *Problemas de psicologia nas obras de Karl Marx* (B. D. Bianchi, Trad.). (Originalmente publicado em 1934). <https://medium.com/katharsis/rubinstein-marx-psicologia-16927974c17d>
- Rubinstein, S. L. (2024). *Reflexões sobre a psicologia* (B. D. Bianchi, Trad.). (Originalmente publicado em 1981). <https://medium.com/katharsis/s-l-rubinstein-reflex%C3%B5es-sobre-a-psicologia-1940-11200b566057>
- Singer, A. (2022). A reativação da direita no Brasil. *Opinião Pública*, 27(3), 705-729. <https://doi.org/10.1590/1807-01912021273705>
- Skinner, B. F. (2014) *Science and human behavior*. B. F. Skinner Foundation. (Originalmente publicado em 1953)
- Skinner, B. F. (2014). *Contingencies of reinforcement: A theoretical analysis*. BF Skinner Foundation. (Originalmente publicado em 1969)
- Vieira, F. E. (2018). *A gramática tradicional: História crítica*. Parábola.
- Vigotski, L. S. (2024). O sentido histórico da crise na psicologia. In R. W. Rieber & D. Robinson (Eds.), *O essencial de Vigotski* (pp. 433-647). Vozes. (Originalmente publicado em 1982)

(Received: August 1, 2024; Accepted: September 20, 2024)

### **Notas**

<sup>1</sup>. Deixamos nossos agradecimentos a Victor Henrique Souza Cunha, Monique Amaral de Freitas e Kester Carrara, que com seus importantes comentários possibilitaram a versão final deste texto.

<sup>2</sup>. Daqui em diante referidos como K&S.

<sup>3</sup>. Daqui em diante referido como CCH.